

DORA KRAMER

## Um passo adiante

Seria perfeito à ocasião o dito que aconselha andar para frente porque atrás vem gente, não fosse prudente ainda manter atenção à evidência de que o esgotamento de um símbolo não significa necessariamente a instauração de nova era. Nada é tão automático, muito menos a política. Fundada e praticada à luz de costumes e conceitos conservadores – sejam eles de direita ou de esquerda –, move-se à velocidade dos paquidermes.

Ontem quem melhor expressou o momento, sem paralisia de pensamento e perfeita noção de que a mobilidade é imperativo na análise de acontecimentos marcantes, foi o senador Roberto Freire, em artigo publicado no *Estado de S. Paulo*.

Em “A agonia da velha política”, o senador do PPS monta com clareza o cenário presente, mostrando os perigos de comemorações precipitadas pelas renúncias de dois senadores pegos em flagrante atentado ao decoro parlamentar, quando há ainda muito a ser corrigido nas relações entre representados e representantes da sociedade brasileira.

Para Freire, é óbvio que a roda da História está caminhando para frente, mas não se deve perder de vista que ela é pesada. Portanto, diz ele no artigo, “a saída dos dois senadores do convívio do Senado nesta legislatura não significa a alforria da decência. Como se o Brasil, de agora em diante, fosse mudar pelo avesso e houvesse a ilusão de que o mundo da política estivesse livre de figuras públicas prepotentes e mitificadoras, de manipuladores da democracia e até da corrupção”.

O senador aponta que, embora agonizante, o velho modelo cujas raízes remontam ao Brasil da década de 40 ainda está em vigor. Prova é, na opinião dele, que a elite dita moderna não percebeu ainda quão urgente é a imposição de “uma nova matriz de relações entre os que detêm mandato e a sociedade”.

Cita, para demonstrar, a condução que o governo Fernando Henrique Cardoso dá ao tema da reforma política. “Ao invés de apontar para a oxigenação das liberdades, acenando, por exemplo, o financiamento público de campanhas, volta-se para o velho, reforçando condomínios partidários que nada têm a dizer quando o assunto é futuro.”

Argumenta, com propriedade, que FH “e o melhor do PSDB” se abstiveram de liderar o processo de reforma política e transferiram a tarefa para o vice-presidente, Marco Maciel – “ideólogo do pacote de abril, de Geisel” –, para o “conservador senador Jorge Bornhausen” e para “outros parlamentares que tremem ante a possibilidade de o novo se afirmar”. Todos preocupados em preservar a reserva de mercado que lhes garante a atual estrutura de poder.

Roberto Freire não inclui – talvez porque não concorde – entre os itens oxigenadores da política, a instituição do voto facultativo, mas cabe o parêntese até porque não altera o fundamento da análise do senador.

O principal no raciocínio dele é a defesa da tese de que não se deve analisar a política pela aparência e sim pelo sentido real daquilo que os movimentos aparentes encerram. Longe dele afirmar que as renúncias de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda tenham sido desprovidas de conseqüências positivas. Ao contrário. Cita o episódio como comprovação da fortaleza da democracia. “Hoje ninguém mais está de olho na reação das Forças Armadas: toda atenção está voltada para o Congresso a casa-símbolo da República.”

Mas o senador do PPS aponta que o desfecho do episódio do painel, e outros, não deve ser analisado apenas pelo prisma da democracia. “Vai além, descortina um movimento talvez ainda subterrâneo, sem contornos muito claros, mas que aos poucos conforma as nossas instituições políticas e redesenha uma nova República.”

Oxalá outros políticos se integrem a esse espírito de que o passo adiante é inexorável, mas que seu êxito depende da perfeita compreensão de que não se avança de verdade sem enterrar em cova profunda o passado.